

# O presidente dos "notáveis" JORNAL DA TARDE aumenta nossas dúvidas

32 JUL 1986  
Drs. Com. - GERN

Uma das críticas mais argutas ao caráter irrealista de nossa cultura jurídica foi feita, décadas atrás, por Oliveira Vianna. Em análises hoje consideradas clássicas, ele mostrou que a maioria de nossos juristas, iludindo-se com o estudo das legislações de países mais avançados do que o nosso, passaram a formular projetos de lei totalmente distanciados da realidade nacional. Ingênuos e idealistas, esses juristas nada mais foram do que aquilo que Oliveira Vianna chamou, ironicamente, de "homens marginais". Ou seja: simples utopistas empenhados em conceber códigos e constituições como se estivessem legislando para nações européias — e não para um Brasil estigmatizado por males atávicos e problemas estruturais.

Uma das personalidades de nossa vida pública que melhor comprova as teses do autor de *O Idealismo da Constituição e Instituições Políticas Brasileiras* é o professor Afonso Arinos de Melo Franco. Atual secretário-executivo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, há mais de 50 anos ele se comporta como um verdadeiro "jurista-marginal". Isto é: como um intérprete algo pedante da realidade brasileira, cujas conclusões são conhecidas pela sua fragilidade metodológica, pela sua pobreza teórica e pela sua insuficiência analítica. Mesmo assim, ele insiste em se auto-apresentar como um dos maiores intelectuais brasileiros de sua geração — o que não teria maior importância caso ele se contentasse com as horas de ócio, rapapés e seqüinhos da Academia.

O grande problema é que o professor Afonso Arinos se deixou consumir pelos pecados capitais da ambição e da vaidade, e é por isso que vem tentando transformar-se no estadista da Nova República, avocando para si a tarefa de reorganizar nosso ordenamento constitucional e nossas instituições políticas. Como não dispõe de nenhum tipo de mandato ou delegação que autorize tal pretensão, ele tem invocado sua obra e sua pretensa experiência para justificar as teses esdrúxulas que vem apresentando à comissão que preside, recusando-se a aceitar críticas e refutações.

Neste último fim de semana, em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, ele resumiu sua visão política do País, defendendo a presença de um Estado "forte e justiceiro" na vida brasileira. Por que um Estado forte? Porque as empresas são fracas, respondeu ele. "Falo no sentido da impotência de recursos para atender às necessidades imediatas dos problemas nacionais. São problemas que surgiram diante da grande transformação urbana sofrida pelo País, pela situação a que chegou o conflito da propriedade da terra, pela necessidade de educação de grandes massas de iletrados e sem assistência, que não se pode resolver pela iniciativa privada. São recursos imensos que têm de ser investidos e, se não o forem, serão produzidas gerações sucessivamente mais carentes, mais incompetentes, mais marginalizadas, mais dotadas do poder criminoso e da violência."

À primeira vista, essa declaração pode soar como uma sentença definitiva. Mas se nos lembrarmos das refinadas análises de alguns contemporâneos do professor Afonso Arinos, como Raymond Aron e Gunnar Myrdal, que trataram dos mesmos problemas, veremos que essas palavras não têm sentido algum, misturando alhos com bugalhos, ou seja, manipulando de maneira ilógica fatos e conceitos, causas e efeitos, diagnósticos e prognósticos. A começar pela própria defesa de uma "presença forte e justiceira do Estado" como via única para a resolução dos grandes problemas brasileiros, seguindo-se da constatação da "fraqueza" das empresas privadas. Maniqueísticamente, o "estadista da República" trata o Estado como um grande demiurgo, considerando-o como "uma espécie de planta arquitetônica dos poderes e de inter-relacionamento entre eles" (sic.). Sua conclusão é que o crescimento do País exige "uma ação estatal que em momento algum poderá ser substituída pela empresa privada".

ANC 88  
Pasta Jul/Ago 86  
006

Essas afirmações são tão confusas e equivocadas que é preciso muito cuidado para não se perder o fio da meada. Por isso, é preciso ficar bem claro que o Estado não se contrapõe necessariamente à iniciativa privada. Pelo contrário, como revela a pujança das grandes nações capitalistas do mundo contemporâneo, eles se complementam. A iniciativa privada cabe a responsabilidade de administrar recursos escassos, produzir bens, gerar empregos reprodutivos, circular riquezas e assegurar o bem-estar. Já ao Estado cabe a tarefa tanto de prestar os serviços básicos de saúde, educação e segurança quanto de zelar pela infra-estrutura básica, em termos de energia, transportes e ordenação dos fatores da produção.

No caso brasileiro, as empresas não se tornaram fracas por acaso; na verdade, isso ocorreu porque o Estado não respeitou as suas funções clássicas, tornando-se, ele próprio, empresário. Como suas empresas não se pautam pela lógica da eficiência e do lucro por cada cruzado investido, mas sim pelo tráfico de influências, pela troca de favores e pelo empreguismo, era inevitável que o avanço da estatização gerasse uma crise sócio-econômica de amplas proporções. De um lado, porque o espaço da iniciativa privada foi invadido, de modo que seu progressivo desaparecimento vai eliminando as fontes de receita do Estado. De outro, porque o produto da arrecadação fiscal é canalizado pelo Estado para suas empresas, o que vem gerando uma crescente deterioração nos serviços públicos básicos.

Eis aí, pois, em poucas palavras, o que o "estadista da República" não quer ver: o fato de que a única alternativa viável para nossos dilemas não está na presença "forte e justiceira" de um Estado incompetente, improdutivo e pródigo, mas na revitalização e na restauração de uma economia efetivamente aberta. Ou seja: o Brasil somente conseguirá equacionar de maneira satisfatória seus problemas estruturais se o Estado voltar a cumprir seu papel básico, deixando ao mercado a responsabilidade pela geração de empregos, pela circulação de riquezas e pela garantia do bem-estar. Imaginar que ele possa ser simultaneamente "forte" e "justiceiro" é o mesmo que acreditar nas utopias socializantes sem levar em conta as situações de miséria, injustiça e ineficiência das economias fechadas — algo que o professor Arinos prefere relegar a segundo plano em seu falacioso diagnóstico sobre o País.

É por isso que, enquanto em países como os Estados Unidos os governos vão diminuindo os impostos para ampliar os recursos disponíveis necessários à expansão das empresas privadas, ao mesmo tempo em que procuram reduzir as áreas em que intervêm, a fim de não desperdiçar sua receita fiscal em atividades não-prioritárias e improdutivas, em nações como o Brasil as perspectivas de estabilização econômica e disseminação do bem-estar continuam sombrias, na medida em que intelectuais aposentados e distanciados da realidade se dão ao luxo de transformar a reordenação institucional numa questão de ambição e vaidade pessoais. Não é por outra razão que todas as vezes em que o presidente da comissão dos "notáveis" fala tomamos de novas dúvidas quanto ao futuro da Constituinte.